

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM) DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO) DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL) SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS COM ATRIBUIÇÃO AFETA À PROMOÇÃO DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (SEGEM)	
Data: 02.10.2023	Horário: 16h	Local: Sala Multiuso – Museu da Justiça
PAUTA: REDE DE ENFRENTAMENTO		ATA DE REUNIÃO Nº 61/2023

Estiveram presentes na reunião, mediante assinatura em lista de presença:

- Juíza **Elen de Freitas Barbosa** (Membra da COEM);
- Juíza **Luciana Fiala de Siqueira Carvalho** (Membra da COEM);
- Dra. **Maria Matilde Alonso**, Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- Dra. **Carla Rodrigues Araújo de Castro**, Procuradora de Justiça, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ);
- Dra. **Viviane Carvalho**, Delegada de Polícia, bem como assistente do Departamento-Geral de Polícia de Atendimento à Mulher (DGPAM);
- Sra. **Sueli Ferreira**, Diretora da Casa Abrigo “Lar da Mulher”;
- Sra. **Aline Inglez**, representante da SEE;
- Dra. **Tatiana Queiroz**, Delegada da Polícia Civil;
- Sra. **Beatriz Quiroga**, representante Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres (CODIM);
- Sra. **Jaqueline Souza**, representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ);
- Sra. **Elisa Nolasco**, representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ);
- Sra. **Daniela Alvarez**, representante do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ);
- Sra. **Bruna Werneck**, representante da SMTE;
- Sra. **Rosangela Pereira**, representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM – RJ;
- Sra. **Marcia Soares Vieira**, representante da SMS-RJ;
- Sra. **Jurema Boscardin**, representante da SMS-RJ;
- Sra. **Cristina Fernandes**, representante da SEM – RJ;
- Sra. **Glória Maria Batos Barreto**, representante da GM-RJ;
- Sra. **Marilha Boldt**, representando a OAB-MULHER;
- Sra. **Carla Brasil**, representante da SPM-RIO;
- Sra. **Marcia Mirandela Teixeira**, representante da SPM-RIO;
- Sra. **Soraya Cristine de Oliveira**, representante da SPM-RIO;
- Sra. **Ana Claudia Lescaut**, representante da SPM-RIO;

- Sra. **Adriana Mota**, representante da Escola do Legislativo da ALERJ;
- Sra. **Maria José Silva**, assessora parlamentar da Deputada Marta Rocha;
- Sra. **Juliana Siqueira**, representante da Casa Viva Mulher Cora Coralina;
- Sra. **Céu Cavalcanti**, assessora parlamentar da Vereadora Luciana Boiteux;
- Sra. **Déborá Rodrigues**, representando a Comissão da Mulher da ALERJ;
- Sra. **Fernanda Oliveira Pires**, representando o I JVDFM da Capital.

A Exma. Juíza **Elen de Freitas Barbosa**, Membro da COEM, inicia a Reunião às **16h30min**, cumprimenta e agradece a presença de todos, e abre espaço aos participantes para que se apresentem.

Dra. Carla Araújo relata que uma das atribuições do Ministério Público é realizar inspeções nos estabelecimentos e nos centros de referência, frequentemente com a participação da servidora Elisa Nolasco. De acordo com os relatos da referida servidora, **Dra. Carla Araújo** menciona que algo despertou sua atenção e, por essa razão, gostaria de compartilhá-lo durante a reunião da rede.

Após ser solicitada a se manifestar, a **Sra. Elisa Nolasco** assinala que, juntamente com uma promotora de justiça responsável pela fiscalização, informou à Dra. Carla que durante uma visita ao Núcleo Especializado de Atendimento Psicoterapêutico (NEAP) Chiquinha Gonzaga, constataram que o atendimento é realizado por meio de encaminhamentos dos serviços municipais e agendado previamente. Ela destaca que ficou surpresa ao notar que apenas uma mulher estava sendo atendida. Além disso, relata que a promotora solicitou o envio de dados estatísticos, mas ainda não obtiveram resposta da Coordenação do Núcleo. Narra que, em uma nova visita ao local, tentou obter informações e notou que apenas dois funcionários estavam atendendo uma mulher, o que gerou dúvidas em relação à lógica desse atendimento. Após conversar com a Dra. Carla, decidiram levar essa questão para a reunião da rede, com o objetivo de esclarecer como funciona o atendimento.

Complementando, **Dra. Carla Araújo** indaga se já houve a implementação de um fluxo e, caso já exista, o que a Rede pode fazer para aprimorá-lo.

A **Sra. Carla Brasil**, Coordenadora de Projeto, comunica que não há motivo para a falta de apresentação dos dados solicitados. Ela salienta que existe um fluxo estabelecido, no qual todas as mulheres avaliadas pelos CEAM, NEAM e Casas da Mulher podem receber acompanhamento pelo NEAP Chiquinha Gonzaga. Embora o NEAP tenha suas limitações, isso não justifica a falta de atendimento. A Sra. Carla Brasil afirma que irá investigar com a diretora o que ocorreu durante os dias de fiscalização e por que a informação está sendo adiada para a Rede. Ela pede desculpas e se compromete a responder o mais rápido possível às representantes do Ministério Público.

A **Sra. Beatriz Quiroga**, em nome do CONDIM, questiona a Sra. Eliza Nolasco sobre o número de profissionais presentes no NEAP durante as visitas. A **Sra. Elisa Nolasco** lembra que, no dia da primeira visita, estavam presentes a Coordenadora do NEAP, 01 (uma) psicóloga e (02) duas mulheres sendo atendidas; também menciona que recebeu a informação de que o NEAP tem (03) três psicólogas e estava buscando aumentar a equipe para (05) cinco, devido à fila de atendimento. Ao ensejo, a **Sra. Carla Brasil** explicou que, inicialmente, a equipe do NEAP era composta por cinco profissionais. No entanto, ela

reconheceu que houve saídas, o que resultou na redução do número de profissionais presentes atualmente.

A **Dra. Maria Matilde**, Coordenadora do NUDEM, noticia ter redigido um ofício para informar todos os municípios sobre a nova lei de auxílio-moradia a mulheres vítimas de violência doméstica. A **Dra. Elen Barbosa** sugere que a Secretaria da Mulher do Rio de Janeiro consulte os demais municípios para verificar se já existe alguma lei municipal que regula o assunto. A **Dra. Maria Matilde** compartilha que a SPM-RIO informou que o 'cartão mulher' continuará a ser utilizado no município do Rio de Janeiro.

Com relação a questão envolvendo os oficiais de justiça, a **Dra. Luciana Fiala** informa que começou uma nova turma de formação para os OJAs, com o objetivo de capacitá-los em questões de gênero. Também registra que os mandados de intimação das medidas protetivas não devem ser acompanhados pelo registro de ocorrência. Segundo os oficiais de justiça, essa prática já é adotada na Leopoldina e em Jacarepaguá, ou seja, entregam o registro de ocorrência junto com o mandado de intimação, pois argumentam que são frequentemente questionados pelas partes sobre o que aconteceu, quem é a vítima e por que estão proibidos de se aproximar ou entrar em contato com determinada pessoa. Além disso, destacaram que existem decisões de medidas protetivas que nem mesmo mencionam o nome da vítima.

De acordo com a colaboração da **Sra. Marília Boldt**, há relatos de suas assistidas e clientes de que alguns oficiais de justiça não se identificam adequadamente durante a comunicação pelo WhatsApp. Ao ensejo, a **Dra. Luciana Fiala** expressa sua gratidão pelo compartilhamento de tal fato e ressalta que irá enfatizar essa necessidade junto à sua turma.

A **Delegada Viviane Carvalho** explica que na semana passada esteve em Brasília representando a DGPAM no 'debriefing' da 'Operação Shamar", onde ocorreram debates muito interessantes. Além disso, menciona que durante o encontro, houve uma ampla discussão sobre a importância de investir e expandir os grupos reflexivos para homens autores de violência, bem como implementar ações educativas e preventivas direcionadas ao público masculino. Por fim, ressalta que os números apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro foram bastante positivos em comparação com outros estados.

Sra. Bruna Weneck, da Secretaria de Trabalho e Renda do município do Rio, se apresenta e comenta que é responsável pelo programa "Novos Rumos", que tem como objetivo inserir mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho. Ela relata que está redesenhando o programa com a parceria do TJRJ, Secretaria de Mulheres e outras secretarias que decidiram participar deste processo de troca de informações.

Sra. Aline Inglez, da Superintendência Institucional da Secretaria de Estado da Mulher, frisa que, na semana passada, participou de uma reunião em Brasília com os Conselhos de Direitos da Mulher. Durante esse fórum de discussão, ela revelou que o Ministério da Mulher lançou edital para fortalecer os organismos de política das mulheres em nível estadual. A ideia é que futuramente esses editais também estejam disponíveis para os municípios. Além disso, menciona que nesta semana têm um encontro regional agendado na região do Médio Paraíba, especificamente no município de Resende.

Com relação ao aluguel social, aponta que haverá algumas questões a serem dirimidas no âmbito estadual, especificamente em relação à lei federal que instituiu o

referido aluguel. Isso ocorre porque o estado do Rio de Janeiro já possui uma lei que aborda o aluguel social para mulheres vítimas de violência, porém essa lei ainda não foi regulamentada. Realça que, quando o Governo Federal lança uma lei relacionada ao aluguel social, mas atribui aos estados e municípios a responsabilidade pelo financiamento desse benefício, há desafios no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Isso ocorre porque no Rio de Janeiro já existe uma previsão de pagamento de benefícios eventuais, incluindo o aluguel social. No entanto, o financiamento desse benefício enfrenta limitações em termos de valores, pois esses valores estavam comprometidos com pessoas que haviam sido vítimas de desastres naturais nos municípios do estado do Rio de Janeiro. No entanto, destaca que, desde que assumiram a Secretaria, iniciaram um processo de mapeamento das políticas municipais voltadas para mulheres. Nesse sentido, a Secretaria tem se esforçado para atualizar esse diagnóstico, encontrando-se dispostos a compartilhar com a Rede o primeiro levantamento realizado. Por derradeiro, compartilha que abordarão a questão do aluguel social com mais destaque para coletar informações mais detalhadas sobre o assunto junto aos entes municipais.

Tatiane Queiroz, Superintendente de Enfrentamento à Violência, relata sobre as mudanças ocorridas na Secretaria de Estado da Polícia Civil, bem como na Superintendência da Polícia Técnica Científica, destacando a contínua aproximação entre a SEE e a DGPAM/PCERJ. Prosseguindo, menciona a implementação do Observatório da Violência contra Mulher em nível estadual, proposto pela deputada Zeidan. Ao final, noticia que visitarão o Médio Paraíba para verificar as necessidades, já que muitas regiões não possuem DEAMs, e que essas regiões esperam estabelecer uma possível parceria para implementação de um Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (NIAM) ou um Núcleo de Atendimento à Mulher (NUAM). **Dra. Elen Barbosa determina que a equipe SEGEM inclua o nome da nova Superintendente de Polícia Técnico-Científica nos convites para as próximas reuniões da Rede. (Deliberação 01).**

Sra. Jacqueline Souza informa que está ministrando palestras em quatro unidades prisionais femininas, abordando temas relacionados à Cartilha do CAOVD (Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher). Essas palestras têm como objetivo conscientizar as detentas sobre seus direitos, prevenção da violência de gênero e formas de buscar ajuda e apoio.

A **Sra. Céu Cavalcanti**, da Câmara Municipal, representante da Vereadora Luciana Boiteux, trouxe à tona sua participação na Comissão Especial de Acompanhamento a Violações de Direitos da Mulher. Ressalta, também, a importância dessa comissão, que trabalha em conjunto com outros equipamentos, como o NUDEM, a Ronda Maria da Penha e várias redes municipais e estaduais.

A **Sra. Maria José Silva**, assessora parlamentar da Deputada Marta Rocha e presidente da Ação da Mulher Trabalhista do município do Rio de Janeiro, relata que sua equipe está empenhada em combater a violência doméstica por meio de um projeto abrangente. Esse projeto envolve a realização de cursos, formações e oficinas, e tem trabalhado em parceria com o movimento trabalhista, visitando bases e municípios para realizar palestras e abordar essas questões diretamente nos bairros e comunidades. Revela que a última atividade foi realizada no Museu da Maré (Complexo da Maré). Conscientes de que a violência doméstica é uma questão cultural arraigada há décadas e até milênios,

o projeto conta com participação de mulheres e especialistas para desconstruir essa cultura prejudicial.

Sra. Marcia Soares compartilha que tem trabalhado na implementação dos CAMIs, que visam atender crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Até o momento, três áreas já receberam esses serviços, mas a implantação em mais quatro áreas requer capacitação da equipe e uma logística adequada. Além disso, reuniões estão sendo realizadas nos territórios com os grupos articuladores regionais para estabelecer fóruns de enfrentamento à violência. A intenção é que a saúde seja o setor estratégico para provocar essa mudança, mas a colaboração de todos é essencial para desenhar fluxos eficientes nos territórios, considerando as diferentes realidades. Quanto à sala Lilás, ela relata que continua funcionando normalmente, com a substituição de profissionais quando necessário.

Sra. Rosângela Pereira, assistente social e diretora do CEAM Chiquinha Gonzaga, relata que, pela primeira vez em 22 anos, o equipamento terá um convênio exclusivo. Cita que anteriormente, os recursos vinham da Secretaria ou de um convênio com o Cora Coralina, e que a partir deste mês de outubro, o CEAM terá uma verba específica, o que trará mais estrutura e recursos materiais para o CEAM, bem como facilitará a contratação de pessoal. A equipe está se preparando para uma transição suave, garantindo que novas profissionais capacitadas assumam os cargos das que estão se aposentando, evitando a rotatividade e a revitimização das mulheres. Além disso, Rosângela destaca a crescente necessidade de cuidados com a saúde mental das mulheres, e que o CEAM Chiquinha Gonzaga está participando de discussões em rede sobre o assunto. Aproveita a oportunidade para agradecer à Ronda Maria da Penha em um caso peculiar, encaminhando uma mulher (com quadro de esquizofrenia) e seu bebê para assistência médica adequada.

Durante a reunião, a **líder operacional Glória Maria Bastos** menciona ter recebido uma medida protetiva que foi declinada para a vara da infância, juventude e idoso, pois a vítima era menor de idade. Ela ressalta a importância do acompanhamento nesses casos, especialmente quando envolvem estupro. No entanto, há dificuldades em repassar informações e fazer as comunicações necessárias devido à falta de direcionamento e contatos da rede de apoio. Nesse sentido, destaca a necessidade de parcerias e troca rápida de informações para proteger a vida da criança e dos familiares envolvidos; pede apoio para solucionar essas questões e garantir que casos semelhantes, tanto com crianças quanto com outras situações, sejam acompanhados adequadamente.

Ao ensejo, **Dra. Elen Barbosa** ressalta a importância de definir se a guarda municipal irá acompanhar as medidas de proteção, mesmo que essas medidas não estejam sob a responsabilidade do Juizado de Violência Doméstica. Cita que a Tenente Coronel Cláudia mencionou que a Polícia Militar está acompanhando essa questão, pois no interior é o Juizado de Violência Doméstica que lida com a competência da lei Henry Borel, tratando as medidas como protetivas. No entanto, é necessário definir se a guarda municipal terá capacidade de acompanhar essas medidas e, a partir disso, a COEM fará as devidas comunicações.

Em resposta, a **líder Glória Maria** enfatiza que as medidas que estão sendo monitoradas devem continuar a ser acompanhadas, devido ao vínculo estabelecido ao longo do tempo. **Dra. Elen Barbosa** indaga se a guarnição irá ou não acompanhar quando a mãe também é vítima de violência doméstica e, ao mesmo tempo, é autora da violência contra a criança. Nesse caso, a **líder operacional** explica que não poderá acompanhá-la

em um aspecto e, ao mesmo tempo, ter um processo contra ela em andamento, e que, portanto, será necessário estabelecer critérios para ajustar o termo de convênio e comunicar aos juízes e juíza essa situação

Superada essa questão, a **líder Glória Maria** divulga um número de telefone 24 horas, que é o 2976-6182. Esse telefone pertence à base central da Ronda Maria da Penha, um serviço de proteção às mulheres vítimas de violência. Ressalta que esse número não é divulgado para a sociedade em geral, mas sim para mulheres que já estão na rede de proteção, que já fizeram denúncias ou que estão em algum tipo de medida protetiva, e que o objetivo desse telefone é oferecer suporte e orientação às mulheres, mesmo que não seja possível ajudá-las diretamente, sendo que equipe responsável pelo atendimento usa um smartphone institucional, e a ligação pode ser encaminhada para esse telefone, facilitando a comunicação e agilizando a resposta e a assistência às vítimas.

Durante a reunião, a representante da Guarda Municipal do Rio de Janeiro solicita uma atualização sobre o processo que concede à Ronda Maria da Penha acesso às informações das medidas protetivas que tramitam em segredo de justiça. A **Dra. Elen Barbosa** determina que a equipe SEGEM informe à líder operacional da GM/RJ, Glória Maria Bastos, o andamento do processo SEI, que trata do acesso às medidas protetivas de urgência. (Deliberação 02).

Continuando, a **líder Glória Maria** relata que está acompanhando um número acima de mil medidas protetivas, que foram emitidas em 2021 e 2022. No entanto, devido à sobrecarga, é provável que algumas dessas medidas já não estejam mais em vigência e que, apesar disso, a equipe continua o acompanhamento, pois não há informações oficiais sobre a extinção das medidas. Comunica que enviou diversos ofícios aos juizados responsáveis pelas medidas, mas, infelizmente, devido à grande quantidade, ainda não obteve retorno sobre essas mil medidas protetivas.

Por fim, a **líder Glória Maria** relata que a Ronda Maria da Penha tem encaminhado casos de descumprimento de medidas protetivas para as delegacias. No entanto, os delegados estão usando o prazo de reavaliação dessas medidas como justificativa para liberar os agressores no momento do flagrante, mesmo quando a medida ainda está em vigor. Isso tem causado preocupação, pois a vítima fica exposta ao agressor. Por isso, trouxe essa questão para verificar se há alguma orientação específica sobre como lidar com essa situação e garantir que as medidas protetivas sejam respeitadas até sua extinção. Com a palavra, a **Dra. Luciana Fiala** expôs que, quando alguém é preso em flagrante, entram em contato com o seu juizado. O juizado então verifica nos autos se a medida protetiva está vigente ou não.

Sra. Adriana Mota, da Escola do Legislativo, informa que a CPI de Combate à Violência Cibernética Contra as Mulheres continuam em andamento. A CPI emite relatórios com recomendações para os setores executivo, judiciário, legislativo e municípios. A CPI está próxima de sua conclusão, mas ainda se reúne todas as quintas-feiras de manhã. Nas próximas reuniões, o grupo irá discutir o ciclo orçamentário do governo estadual e a destinação de recursos para o enfrentamento à violência contra as mulheres. Caminhando, cita que a Assembleia Legislativa também realiza um mutirão em novembro para votar projetos de lei relacionados a esse tema. Por fim, revela que a Escola do Legislativo está recebendo inscrições de professores/as para o seu processo de credenciamento.

Sra. Beatriz Quiroga, revela que atualmente a Sala Lilás de Niterói está funcionando apenas 12 horas por dia, das 08h às 20h. No entanto, têm esperança de que em janeiro tudo volte ao normal. Além disso, relata uma parceria com a assistência social em Niterói, pois embora ainda não tenham uma casa de passagem oficial, conseguiram uma vaga permanente no abrigo de família chamado Lelé Gonzalez. Por fim, revela que nesta semana estão formando uma turma da defesa civil, em parceria com os voluntários e que também há uma demanda crescente de homens sobre grupos reflexivos, e que estão refletindo sobre como abordar essa questão.

Sra. Cristina Fernandes, coordenadora do CIAM Marcia Lyra, mencionou o lançamento da Casa Nova e a possibilidade de um encontro em novembro. Destaca a crescente demanda por grupos de homens e rodas de conversa sobre violência contra a mulher. Além disso, houve um aumento no número de adolescentes buscando ajuda, e a instituição está ampliando sua rede de apoio.

Com a palavra, a **Sra. Juliana Siqueira**, assistente social e diretora da Casa Viva Mulher Cora Coralina, informa que o endereço do abrigo foi divulgado, resultando na interdição do local para novos atendimentos. Destaca a colaboração da Casa abrigo Lar da Mulher Carioca, presidida pela Sra. Suely, na transferência das mulheres abrigadas. Enfatiza que a SPM-RIO considera inviável permanecer no mesmo endereço devido à exposição que compromete a segurança das mulheres. Nesse sentido, comunica que as buscas por um novo imóvel já foram iniciadas e espera que a transferência seja realizada o mais breve possível.

Dra. Carla Araújo expressa sua tristeza em relação ao ocorrido, mas ao mesmo tempo se alegra ao ver a efetividade da Rede de Enfrentamento, onde os abrigos Cora Coralina e Lar da Mulher estão sempre se ajudando. Durante a conversa, ela questiona sobre a assistência prestada às mulheres e se os profissionais estão oferecendo suporte presencial ou virtualmente.

Sra. Juliana Siqueira menciona que, após o incidente, algumas mulheres do grupo abrigado solicitaram retornar às suas cidades de origem, e que a equipe prontamente viabilizou suas passagens de retorno, sendo que três mulheres foram acolhidas por suas famílias: uma em Manaus, outra em Macapá e outra em Mato Grosso. Do grupo remanescente, revela que mencionaram ter recebido apoio de outras redes que anteciparam seus retornos. Relata que a Casa Cora Coralina está disponibilizando recursos e uma equipe para facilitar as transições dessas mulheres, independentemente das escolhas que elas façam para seus próprios casos, e que a colaboração com o Lar da Mulher continuará para oferecer o suporte necessário.

Sra. Marilia Boldt compartilha sua participação em uma série de reuniões com diferentes propósitos. Ela ressalta a importância da articulação nacional entre os projetos "Patrulha" e "Ronda Maria da Penha". Também menciona uma reunião com a CLADEN para discutir a problemática da alienação parental, uma tática utilizada pelos agressores como forma de retaliação. Além disso, a Sra. Quiroga destaca o pedido feito à OAB-MULHER para a criação da VECA em todo o estado do Rio de Janeiro. Ela também menciona a renovação de medidas protetivas. Adicionalmente, a Sra. Quiroga disserta sobre o programa "Maria da Penha Vai à Escola", organizado pelo TJDFT, e sugere a implementação de um programa semelhante no Tribunal de Justiça para garantir continuidade, independência e conscientização da rede. Por fim, ela solicita à equipe que

presta assessoramento à COEM, a lista de contatos na Rede, a fim de convidá-los para participar do Grupo Mulheres do Brasil no dia 10 de dezembro.

Após considerações finais, a Juíza **Elen de Freitas Barbosa** encerra a reunião às **18h30min** e designa a próxima para o dia **06.11.2023** às **16h**. (Deliberação 03).

Juíza Elen de Freitas Barbosa
Membra da COEM

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Incluir o nome da nova Superintendente de Polícia Técnico-Científica nos convites para as próximas reuniões da Rede.	Equipe SEGEM	5 dias, após aprovação da Ata
02	Informar à líder operacional da GM/RJ, Glória Maria Bastos, sobre o andamento do processo SEI, que trata do acesso às medidas protetivas de urgência.	Equipe SEGEM	Após aprovação da Ata
03	Enviar o convite da próxima Reunião designada para 06/11/2023, às 16h.	Equipe SEGEM	Após aprovação da Ata